MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES / INSTITUTO RIO BRANCO
EDITAL Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2019
CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA

HISTÓRIA DO BRASIL

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

Q01 – Em relação ao primeiro aspecto a ser abordado (a industrialização e o crescente processo de urbanização da sociedade), convém que o candidato destaque, inicialmente, o papel da Era Vargas (1930-45) para o efetivo início da moderna industrialização brasileira e para o fato de que a Companhia Siderúrgica Nacional (usina de Volta Redonda) e a Companhia Vale do Rio Doce seriam símbolos essenciais e definidores do caminho a ser trilhado pelo País.

Q02 – Seguem-se a criação da Petrobras (1953), a indústria automobilística (a partir dos anos JK), a ampliação das fontes de energia com a multiplicação de hidrelétricas, entre outros exemplos.

Q03 – Paralelamente, o País vai deixando para trás a imagem de uma sociedade rural, economicamente sustentada na terra, e urbaniza-se, caótica e celeremente.

Q04 – Quanto ao segundo aspecto (a realidade interna – "um país em movimento" – e sua relação com a política externa), convém que o candidato enfatize a rapidez das transformações pelas quais o País passava, especialmente a partir da Era Vargas e da Segunda Guerra Mundial.

Q05 – A expressão "um país em movimento", do historiador Fernando Novaes, sintetiza, com maestria, esse cenário. Entre 1950 e 1970 (população de 90 milhões de habitantes), nada menos que 39 milhões de brasileiros migraram do campo para as cidades. Isso gera, naturalmente, impactos sociais, econômicos, culturais e, acima de tudo, políticos.

Q06 – A participação popular na vida política tende a crescer, o que pode ser atestado pela trajetória decrescente do oligárquico PSD e pelo avanço extraordinário do PTB.

Q07 – A nova realidade explica o crescente interesse pelo tema da política externa, como se comprova quando do lançamento da Operação Pan-Americana (OPA) e, em especial, nos debates em torno da Política Externa Independente (PEI), no início dos anos de 1960.

Q08 a Q10 – Por fim, no que concerne ao terceiro aspecto (o papel crucial das relações do Brasil com os EUA), espera-se que o candidato amplie o que está claramente sugerido no texto motivador, ressaltando a importância crucial desse relacionamento no âmbito do subsistema interamericano, bem como no contexto da bipolaridade que marcou o sistema mundial de poder no pós-guerra.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

QUESTÃO 2

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos que se seguem.

Q01 – Desde o século 17, em maior ou menor grau, a diplomacia lusa esteve vinculada por tratados à Grã-Bretanha que, em contrapartida, oferecia garantias à integridade de Portugal e de seus domínios no ultramar. Essa vinculação foi determinante no processo de transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, no contexto das guerras napoleônicas.

Q02 – Os alvarás régios que D. João VI publicou no Rio de Janeiro, em 1808, para estimular a indústria e o comércio brasileiros, foram virtualmente derrogados pelos dois tratados de 1810 entre Portugal e Grã-Bretanha (aliança e amizade e comércio e navegação). Esses tratados reiteravam compromissos lusos assumidos com os ingleses em tratados anteriores, tais como a extraterritorialidade prevista no tratado anglo-português de 1642 e privilégios comerciais, previstos no Tratado de Methuen.

Q03 – No caso das guerras napoleônicas, D. João VI buscou projetar poder no entorno sul-americano como forma de fortalecer a posição da monarquia portuguesa e ampliar sua margem de manobra com relação à Grã-Bretanha. As efêmeras ocupações da Guiana Francesa e do Uruguai demonstram os escassos efeitos dessa política externa perseguida por D. João VI.

Q04 – Externalizada com maior veemência a partir da Convenção de Viena, a campanha abolicionista britânica levou as autoridades luso-brasileiras a assinarem atos normativos para combater o tráfico, como a instalação das Comissões Mistas do Rio de Janeiro e de Serra Leoa (1817), a Convenção com a Grã-Bretanha para a abolição do tráfico de escravos (1826) e a aprovação da Lei Feijó, em 1831. A pressão inglesa teve limitada eficácia; sem comprometimento efetivo do governo brasileiro, a lei de 1831 virou letra morta, dando origem à expressão "lei para inglês ver".

Q05 – Com o desenvolvimento econômico do País e o amadurecimento de sua política externa, o Brasil decidiu pelo fim da convenção sobre o tráfico, do direito de visita e busca e da extinção das comissões mistas. A postura refratária do governo brasileiro a medidas abolicionistas motivou a aprovação, no Reino Unido, da *Bill Aberdeen*, que dava poderes extraordinários à Marinha britânica para reprimir, como pirataria, o tráfico ilegal de escravos direcionados ao Brasil. Ações de patrulha e apreensão de embarcações brasileiras pela Armada britânica suscitaram uma imagem negativa do Reino Unido na sociedade brasileira.

Q06 – Apesar da aprovação da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, e do declínio acentuado do tráfico que se seguiu, o governo britânico temia retrocessos na política antiescravagista brasileira, motivo por que seguiu pressionando as autoridades brasileiras a promoverem a emancipação dos africanos importados ilegalmente desde 1831.

Q07 – Elemento emblemático dessa pressão, o *Bill Aberdeen* foi revogado apenas em 1869, permanecendo como um atritante na relação bilateral enquanto vigeu.

Q08 – A fricção cumulativa nas relações entre Brasil e Reino Unido atingiu seu ápice na chamada Questão Christie. O rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o Reino Unido representou um momento de afirmação internacional da diplomacia brasileira. As exacerbadas atitudes de William D. Christie, a arbitragem favorável ao Brasil emitida pelo rei Leopoldo I da Bélgica e uma opinião internacional, que viu exagero nas demandas britânicas, acabaram por dar ao governo brasileiro legitimidade para questionar o tratamento palmerstoniano que lhe fora dispensado pelos britânicos.

Q09 – O episódio ilustra o limitado grau de influência política que a Grã-Bretanha pensava então exercer sobre o Brasil, em contraste com a magnitude de seus interesses econômicos no País.

Q10 – A ascensão dos liberais ao poder, em 1864, favoreceu o início da implantação de medidas antiescravistas, o que contribuiu para o reatamento das relações diplomáticas. O Brasil promulgou, ainda em 1864, o decreto que emancipou os africanos livres. No ano seguinte, a Grã-Bretanha reconheceu, com reservas, a decisão do rei Leopoldo, tomando a iniciativa para que as relações diplomáticas fossem restabelecidas. O reatamento ocorreu em meio à Guerra do Paraguai, quando o governo britânico encaminhou a D. Pedro II desculpas solenes, registrando não ter havido a intenção de ofender a dignidade do Império do Brasil em 1863.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

QUESTÃO 3

Espera-se que os candidatos elaborem texto claro, coerente e informado, mobilizando a historiografia atual nos temas e nas análises pertinentes à questão. É importante que a resposta contemple os seguintes tópicos:

Q01 – os valores republicanos defendidos pelas elites econômicas e políticas, e a afirmação de um conceito de cidadania vinculado a direitos;

Q02 e Q03 – as mudanças na Lei Saraiva, implementadas por decreto eleitoral, visando a extinguir o voto censitário, modificar o requisito etário e estabelecer eleições diretas; a introdução do chamado "voto a descoberto", em 1896;

Q04 e Q05 – as relações entre os dispositivos legais e as circunstâncias sociopolíticas; os baixos indicadores de participação popular nos processos eleitorais; a questão do voto feminino; os usos do voto como moeda de troca; as relações de poder calcadas no clientelismo;

Q06 – a organização dos processos eleitorais por meio das comissões distritais e municipais, e a substituição das paróquias e comarcas como marcos geográficos das seções eleitorais; a apuração das eleições e as intervenções dos governadores;

Q07 – as mudanças introduzidas pelas leis eleitorais de 1916 e as respectivas consequências para a "política dos estados";

Q08 – a proibição do voto a descoberto em 1917 e as campanhas pelo voto secreto; e

Q09 e Q10 – as contradições entre discurso político e ordenamento jurídico; fraudes; legitimação pelo voto e renovação da classe política.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

REFERÊNCIAS

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MELLO, Maria T. C. de. *A República Consentida*: cultura democrática e científica no final do império. Rio de Janeiro: FGV, EDUR, 2007.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline. 'Beheading', rule manipulation and fraud: the approval of election results in Brazil, 1894-1930. *Journal of Latin American Studies*, 44 (03), 2012.

VISCARDI, Cláudia. Direitos políticos e representação no Brasil Republicano (1891-1934). *Mundos do Trabalho*, vol. 9, n. 18, 2017.

QUESTÃO 4

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os seguintes tópicos:

Q01 – o sistema econômico mundial e o contexto do fim da Guerra Fria;

Q02 e Q03 – conjuntura crítica (1967-1973): a utilização hídrica da Bacia do Rio da Prata e a deterioração das relações entre Brasil e Argentina;

Q04 – o governo Geisel e a tentativa de reaproximação;

Q05 – os processos de regionalização no final do século 20;

Q06 e Q07 – a redemocratização e a crise econômica da década de 1980: desafios comuns entre Brasil e Argentina;

Q08 – o governo Sarney, o Itamaraty e as novas concepções de cooperação regional; e

Q09 e Q10 – as negociações para a criação de um mercado comum.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

REFERÊNCIAS

DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio Prata (1822-1994).* 2. ed. Brasília: FUNAG, 2014.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano.* O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta.* A experiência brasileira (1500-2000). A grande transação. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel. *Revista Brasileira de Política Internacional.* Brasília: IBRI, v. 45, n. 1, 2002.

VAZ, Alcides da Costa. *Cooperação, integração e processo negociador:* a construção do Mercosul. Brasília: IBRI, 2002.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil-Argentina:* a construção do entendimento. Curitiba: Juruá, 2003.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

GEOGRAFIA

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

Q01 – A partir de meados da década de 1980, incialmente nos países mais desenvolvidos, observaram-se importantes inovações nos meios de transporte (com efeitos sobre o custo de transporte de mercadorias e na mobilidade das pessoas), nas formas de produzir e de gerir as empresas – principalmente as transnacionais –, nos fluxos de financeiros e nas comunicações. Tais transformações proporcionaram uma leitura da realidade baseada na compressão espaço-temporal, na visão de uma mobilidade totalmente desimpedida, na promoção da influência de lugares mais distantes uns sobre os outros, na fragilização das fronteiras e na crise do Estado nação.

Q02 – As transformações nos modos de produzir, que marcaram a passagem do fordismo para o pós-fordismo (ou toyotismo, regime de acumulação flexível), têm base nas seguintes práticas: flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo; surgimento de novos setores de produção e de novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros; manutenção de taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional; passagem de uma grande parcela dos trabalhadores para o setor de serviços; criação de conjuntos industriais novos em regiões até então pouco industrializadas (tais como a "Terceira Itália", Flandres, o Vale do Silício e países recém-industrializados da Ásia); movimento de compressão do espaço-tempo, com base no estreitamento dos horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública e na difusão dessas decisões em um espaço cada vez mais amplo (por meio da comunicação via satélite e da queda dos custos de transporte); desindustrialização de áreas tradicionais com a consequente perda de empregos naquele setor e aumento na instabilidade no mercado de trabalho.

Q03 – Na escala da firma, pode ser observado, ainda, um conjunto de inovações organizacionais com base na produção sob o sistema *just in time*, assentado na formação de uma rede de fornecedores para uma empresa matriz, localizados em diversos países (*outsourcing*).

Q04 – Nesse sentido, a descentralização da produção industrial e da prestação de serviços (como o *telemarketing* e diversos tipos de consultorias) contribuiu para uma ideia de desterritorialização econômica (utilizada também como sinônimo de deslocalização) ao constatar um enfraquecimento das bases territoriais na estruturação geral da economia, em especial na lógica locacional das empresas.